

NÚCLEO ESPECIALIZADO

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Boletim eletrônico



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apresentação

Assuntos em
destaque

Colunas em destaque

- [Direito & Sociedade](#)
- [Jurisprudência](#)
- [Legislativo em Foco](#)
- [Políticas Públicas](#)
- [Panorama Internacional](#)
- [Panorama Nacional](#)
- [Mulheres em Movimento](#)
- [Opinião](#)
- [_ Agenda Cultural](#)
- [Aconteceu](#)

Apresentação

A **64ª Edição** do Boletim Informativo do NUDEM apresenta um balanço geral sobre as ações desenvolvidas e apoiadas pelo NUDEM. Também, por meio do Boletim, pretendemos divulgar as ações e eventos realizados pelo NUDEM. Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto a todas (os) que queiram colaborar.

Editorial

Família Afetiva

“A Família Afetiva”. Esse foi o mote escolhido pela Associação Nacional dos Defensores/as Públicos/as para a Campanha Nacional dos/as Defensores/as Públicos/as no ano de 2017, promovida em parceria com as Associações Estaduais e Defensorias Públicas e marcada por diversas atividades de educação em direitos, as quais ressaltam o papel da Defensoria Pública como instrumento fundamental de acesso à justiça para a população vulnerável.

Conforme dados levantados pela ANADEP, em um universo de 10 milhões de atendimentos em todo o país, cerca de 60% são na área das Famílias, em sua maioria por iniciativa das mulheres. Contudo, a relevância do tema não decorre unicamente da expressão numérica. Com efeito, a atuação dos defensores/as públicos na orientação jurídica e na busca pela solução dos litígios familiares constitui um fator determinante para formação da cidadania, assumindo notória função preventiva de inúmeros conflitos e problemas, inclusive nas searas infracional e criminal.

A família é o *locus*, por excelência, em que a pessoa encontra as condições para e desenvolver suas potencialidades, buscar sua felicidade e realizar-se de forma plena, estabelecendo com os demais membros uma relação de troca de experiências e de vivências, desvinculada de qualquer resquício de hierarquia. E esse espaço democrático das famílias tem o afeto como elemento basilar, do que decorre a consagração do princípio da pluralidade das entidades familiares pela nossa Constituição.

Assim, são formas de família: a matrimonial, a decorrente da união estável, a homoafetiva, a monoparental, a pluriparental, a anaparental, a poliafetiva e a paralela, entre outras. Todas elas têm em comum a existência de uma relação de afeto entre os membros, a qual pode assumir prevalência inclusive em relação ao vínculo biológico.

Essa evolução da concepção da família (ou melhor, “das famílias”), com prestígio aos laços afetivos, e os avanços no Direito das Famílias decorrem, dentre outros fatores, do movimento de conquista de direitos pelas mulheres. É interessante observar que foi justamente a Lei Maria da Penha a primeira a trazer ao nosso ordenamento jurídico um conceito de família, em seu artigo 5º, inciso II.

Os Tribunais também vêm reconhecendo a relevância dos temas aqui abordados, em recentes julgamentos emblemáticos, tais como do Recurso Extraordinário n.898060, em que foi reconhecida a dupla paternidade (socioafetiva e biológica), e dos Recursos Extraordinários n.646721 e 878694, nos quais foi declarada a equiparação dos regimes sucessórios no casamento, na união estável e na união homoafetiva.

Com o aprofundamento de discussões como essas, e o especial (e merecido!) Destaque à atuação da Defensoria Pública no Direito das Famílias, pretendemos marcar as comemorações ao Dia Nacional da Defensoria Pública no ano de 2017.

Claudia Aoun Tannuri
Defensora Pública – Membro do NUDEM

[Voltar ao menu](#)

Assuntos em destaque

Direito & Sociedade

Ausência de informação viola direito ao aborto legal no Brasil, aponta relatório

Apesar de existir previsão em lei de três casos em que a interrupção de uma gravidez não é criminalizada no Brasil (quando decorre de estupro ou é constatada anencefalia no feto ou risco de vida à gestante), exercer esse direito ainda não é uma realidade no país, em que a falta de informações predomina e revela um cenário de negligência do Estado e violação sistemática dos direitos das mulheres.

A conclusão é da organização não-governamental de direitos humanos [Artigo 19](#), que foi lançada no dia (15/05) o relatório “Os 5 anos da Lei de Acesso à Informação – uma análise de casos de transparência” e realiza um seminário em São Paulo para debater os impactos da legislação.

Segundo informações da organização Artigo 19, o estudo faz um balanço sobre como a Lei de Acesso à Informação (LAI) vem sendo aplicada desde que entrou em vigor, em 16 de maio de 2012, pontuando os principais avanços e desafios para sua implementação pelos órgãos públicos brasileiros. A publicação traz também cinco casos emblemáticos nos quais a transparência foi tema central para o exercício de direitos humanos, incluindo um que discute a falta de informações públicas disponíveis sobre o aborto legal no Brasil.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

A violência sexual escondida no ato de interromper o uso da camisinha durante o sexo

Pesquisa sobre a prática do “stealthing” estuda como as vítimas podem buscar ajuda -- e identificar que estão sofrendo com ele.

Em última análise, argumenta a autora, "o stealthing é um ato de violência de gênero que pode infringir várias leis civis e criminais".

Um estudo recém-publicado se debruça sobre o fenômeno do "*stealthing*", a retirada proposital e não consensual da camisinha durante o ato sexual, e como as vítimas dessa prática podem fazer para superá-la.

Escrito por Alexandra Brodsky para o Columbia Journal of Gender and Law, o estudo traz entrevistas com vítimas do stealthing (o termo indica algo que é praticado de modo furtivo) e também mergulha no mundo online dos homens que se sentem no direito de praticar sexo "bareback" (sem camisinha) sem o consentimento do parceiro, independentemente do gênero do dito parceiro.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Conar suspende propaganda de móveis com mulheres peladas: 'Equívocada, desrespeitosa e agressiva'

Uma das campanhas mais polêmicas da internet dos últimos tempos foi sustada pelo Conar. As reações negativas e as críticas à marca de móveis Alezzia, com sede na Barra, resultaram em mais de uma centena de denúncias contra a série de anúncios nas redes sociais em que mulheres — peladas ou de biquíni — interagem

com mesas, pias e móveis de inox. Uma das muitas fotos mostrava uma mulher nua, de pernas cruzadas, cobrindo os seios com os braços. Embaixo, a legenda: “Beleza interior são os nossos móveis na sua casa”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Na ONU, Brasil é cobrado por implantação do Plano Nacional de Educação

“Governo apresentou relatório alheio à realidade e sai pressionado”, diz coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Representante do MEC defendeu engessamento dos gastos sociais

São Paulo – O mundo acompanha atentamente os desdobramentos das políticas públicas no Brasil. O Plano Nacional de Educação (PNE), definido pela lei 13.005, de 2014 – discutido durante todo o primeiro mandato de Dilma Rousseff junto à comunidade educacional – e seus desdobramentos em níveis estaduais e municipais, foi um dos desta semana em Genebra, Suíça.

Lá está sendo avaliada a situação brasileira em direitos humanos no Conselho de Direitos Humanos da ONU. A audiência faz parte do terceiro ciclo da **Revisão Periódica Universal (RPU)**, principal mecanismo de avaliação na área em relação aos Estados-membros da organização, que ocorre a cada quatro anos e meio.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Como responder a uma notificação do Escola sem Partido

Segundo advogados consultados por NOVA ESCOLA, documentos contra supostas doutrinações não têm valor legal e podem ser respondidos, deixando claro que o educador não está infringindo direitos.

Uma das principais estratégias do movimento Escola sem Partido (ESP) é oferecer um modelo de notificação extrajudicial para pais de alunos que se sentirem ofendidos com o conteúdo das aulas. A ideia do documento é que os pais alertem educadores de que “se abstenham de adotar certas condutas em sala de aula”, como falar sobre algumas correntes políticas, discutir gênero e sexualidade.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Lei Maria da Penha valoriza punição ao réu e não proteção da vítima, diz relatório da Defensoria do RJ

Documento divulgado mostra que na maioria dos casos Justiça define apenas que agressor se afaste da mulher. Crítica principal é que lei não destina benefício financeiro às vítimas.

Um levantamento feito pela Defensoria Pública do estado do Rio mostra que metade das decisões judiciais sobre os casos de agressão a mulheres termina apenas com a determinação de o agressor se afastar da vítima. Em nenhum caso a Justiça garantiu pensão para o sustento da vítima. O relatório foi apresentado no dia 12/05/2017 na sede da instituição, no Centro do Rio.

"O que se valoriza na lei é a punição. Nosso trabalho é de proteção. É preciso dar segurança a essa vítima, entender a situação em que ela vive e imaginar que antes da agressão essa mulher podia ser dependente do agressor. Como ela passa a sustentar os filhos? Isso pode significar o retorno ao lar, o que antecipa uma morte anunciada", afirma Arlanza Rebello, coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) da Defensoria Pública.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Revisão periódica universal I ONU: Países de todos os continentes recomendaram ao Brasil tomar medidas contra as violências e discriminações de gênero e orientação sexual

Dos 103 países que participaram do processo de sabatina ao Brasil, 26 fizeram recomendações substanciais relativas a discriminações e violências movidas por questões de orientação sexual e/ou de gênero

Dos 103 países que participaram do processo de sabatina ao Brasil, 26 fizeram recomendações substanciais relativas a discriminações e violências movidas por questões de orientação sexual e/ou de gênero

26 países recomendaram ao Brasil tomar medidas relativas a discriminações e violências movidas por questões de orientação sexual e/ou de gênero na Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU, cujo [rascunho do relatório foi disponibilizado no dia 09/05](#). No total, 45 países consideraram as recomendações e denúncias presentes no relatório da Campanha, que foi contemplado no relatório oficial da sociedade civil compilado pela ONU.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

PFDC encaminha ao procurador-geral argumentos sobre ADPF que descriminaliza o aborto

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que, no mundo, 22 milhões de abortos são realizados de forma insegura todos os anos, resultando na morte de aproximadamente 47 mil mulheres e na incapacidade ou adoecimento de cerca de outras cinco milhões. No Brasil, além de ferir o direito à saúde, a criminalização do aborto atinge desproporcionalmente as mulheres em condições de vulnerabilidade econômica e social – numa clara ofensa ao princípio da igualdade. Não por acaso, tratados internacionais e compromissos assumidos pelo Estado brasileiro reforçam a necessidade da adoção de medidas para a prevenção de abortos inseguros e para que seja respeitado o direito das mulheres à autonomia para as decisões sobre sua saúde sexual e reprodutiva.

Essas e outras informações integram um conjunto de argumentos que a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal, encaminhou ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para subsidiar o parecer que deve ser apresentado na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 442, que tramita no Supremo Tribunal Federal.

A ação foi ajuizada no STF pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pede que a Corte declare inconstitucionais os artigos 124 e 126 do Código Penal – que criminalizam o aborto no Brasil. No texto, o PSOL defende que as razões jurídicas que moveram a criminalização do aborto pelo Código Penal de 1940 não se sustentam, visto que violam os preceitos fundamentais da dignidade da pessoa humana, da cidadania, da não discriminação, da inviolabilidade da vida, da liberdade, da igualdade, da proibição de tortura ou tratamento desumano ou degradante, da saúde e do planejamento familiar de mulheres, adolescentes e meninas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

ONU conclama sociedade brasileira para tolerância zero à violência contra as mulheres

O Sistema ONU no Brasil emitiu no dia (15/05/2017) uma nota pedindo investigação e punição aos responsáveis pelos graves casos de violência contra mulheres registrados nas últimas semanas. Lembrando o Marco de Parceria com o governo, a ONU Brasil conclamou a sociedade brasileira para tolerância zero à violência contra mulheres e meninas.

O Sistema ONU no Brasil emitiu no dia (15/05/2017) uma nota pedindo investigação e punição aos responsáveis pelos graves casos de violência contra mulheres registrados nas últimas semanas. Lembrando o Marco de Parceria com o governo, a ONU Brasil conclamou a sociedade brasileira para tolerância zero à violência contra mulheres e meninas.

Leia, abaixo, a íntegra da nota:

As últimas semanas têm sido marcadas pela repercussão de inúmeros casos de graves violências contra as mulheres no país. Dentre eles: menina de 12 anos, vítima de estupro coletivo na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, cujo vídeo foi amplamente compartilhado na internet; adolescente grávida de 15 anos, alvo de estupro coletivo em Uruçuí, no Piauí; adolescente de 14 anos atingida por bala de borracha em desocupação em São Paulo, que teve seis dentes arrancados pelo ferimento; defensora de direitos humanos, assassinada na divisa entre Castanhal e São Domingos do Capim, no Pará; feminicídio de designer grávida, após recusar-se a abortar, em Rio das Pedras, em São Paulo; e assassinatos de transexuais nos estados da Bahia e de Goiás.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Jurisprudência

Ação em crimes de agressão a mulher é incondicionada, decide STJ

Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça aprovam revisão de tese firmada em recurso repetitivo para esclarecer que Ministério Público não depende mais da representação da vítima para iniciar processo penal

Os ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça aprovaram revisão de tese firmada em recurso repetitivo para esclarecer que a ação penal nos crimes de lesão corporal contra a mulher, no âmbito doméstico e familiar (Lei Maria da Penha), é incondicionada. Dessa forma, a revisão, sob o rito dos recursos repetitivos, do entendimento firmado no julgamento do Recurso Especial 1.097.042 (Tema 177), deixa claro que o Ministério Público não depende mais da representação da vítima para iniciar a ação penal.

De acordo com o ministro Rogerio Schietti Cruz, autor da proposta de revisão de tese, a alteração considera os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia, informou o site do STJ.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Ministro concede prisão domiciliar para mãe de duas crianças

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para conceder prisão domiciliar para uma mulher, mãe de duas crianças, que se encontra presa preventivamente sob acusação de associação para o tráfico de drogas. Na decisão, tomada no Habeas Corpus (HC) 142372, o ministro destacou

que a concessão da prisão domiciliar encontra amparo legal na proteção à maternidade e à infância e na dignidade da pessoa humana, uma vez que se prioriza o bem-estar dos menores.

A defesa de E. A. B. Impetrou habeas corpus no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que rejeitou o pedido. Em seguida, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou liminar que pedia a concessão de prisão domiciliar para a ré. No Supremo, a defesa reiterou o pedido formulado no STJ, ressaltando o fato de sua cliente ser mãe de dois filhos menores (uma criança de cinco e outra de 12 anos).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Veja o Acórdão na Íntegra: [clique aqui](#)

Homem deve indenizar ex-namorada por divulgar fotos íntimas no Facebook

PORNOGRAFIA DE VINGANÇA

O fato de uma pessoa ficar com o “emocional alterado” diante do fim do relacionamento não justifica a divulgação de fotos que violam a intimidade de terceiros. Assim entendeu o juiz Matheus Amstalden Valarini, da 3ª Vara Cível de São José dos Campos (SP), ao determinar que um homem indenize a ex-namorada em R\$ 14 mil.

A autora terminou o relacionamento em junho de 2014, mas contou que o réu a ameaçou de publicar fotos com nudez explícita caso não reatasse o namoro. Como ela não quis voltar, o ex-namorado cumpriu com a promessa e divulgou as fotos íntimas que tinha dela no Facebook e as enviou para amigos e familiares pelo WhatsApp.

A mulher afirmou que passou a ser assediada por pessoas que sequer conhecia, sentindo-se obrigada a cancelar páginas em redes sociais e trocar o número de celular. Também disse que acabou faltando a aulas da faculdade e passou a evitar contato com familiares. Contou que desenvolveu sintomas de depressão.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Juiz concede medidas protetivas para transexual internada à força por não aceitar sexo biológico

O Juiz Titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de São Gonçalo (RJ), Dr. André Luiz Nicolitt, deferiu pedido de medidas protetivas formulado pela Defensoria Pública em favor de uma mulher transexual internada compulsoriamente pela mãe que se opõe à sua identidade de gênero.

Na decisão exarada nos autos do processo n. 0018790-25.2017.8.19.0004, o magistrado observou “que os fatos se deram porque custa à mãe acreditar que seu filho ‘macho’ resolveu abrir mão de todas as prerrogativas desta condição para se transformar numa ‘mulherzinha’, e que tal fato só pode ser ‘coisa do demônio’, ‘loucura’ ou ‘má influência’, mas nunca fruto de um direito da personalidade, afeto à sua dignidade. Em outros termos, os atos se inspiram na reprodução, mesmo por uma mulher, de uma cultura sexista, machista, preconceituosa e patriarcal que domina o imaginário social do qual as mulheres não estão excluídas”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Legislativo em Foco

Em meio ao caos político, avança no Senado proposta que veta aborto legal

Historicamente, parlamentares costumam aproveitar momentos de conturbação e incertezas políticas para realizar votações polêmicas que significam retrocessos em relação a direitos. É o que parece estar se desenhando no caso da PEC 29/2015 (Proposta de Emenda Constitucional).

A proposta altera a Constituição Federal e reconhece o direito à vida desde o encontro entre o espermatozoide e o óvulo (fecundação), antes mesmo da implantação do embrião no útero (nidação).

A tramitação da PEC 29 ficou parada na CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) do Senado durante um ano e quatro meses, aguardando a designação de um relator.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Projeto de lei reduz pena para violência sexual 'sem graves danos'

Um projeto de lei que reforma o Código Penal na parte dos crimes sexuais está no centro de um debate acalorado. A proposta cria o delito de estupro coletivo e de exibição de cena de sexo por vingança, entre outras alterações inspiradas em casos recentes, mas também prevê a redução de pena para a violência sexual cometida sem graves danos à vítima, como apalpar partes íntimas ou forçar um beijo.

Condutas dessa natureza são consideradas estupro desde 2009, quando a lei foi alterada para definir o crime como “qualquer ato libidinoso” e não apenas penetração. A mudança, apontada como avanço por punir mais adequadamente os agressores, trouxe um efeito colateral. Tribunais em todo o país têm desclassificado o delito para contravenção penal, punido na prática com multa e serviços comunitários, quando a conduta foi de menor potencial ofensivo.

A alegação é de que a pena prevista para estupro — de oito a 15 anos se a vítima for menor de 14 anos (estupro de vulnerável) e de seis a 10 anos no caso de vítimas adultas — é exagerada para punir atos “menos graves”. Ao julgar um homem por passar a mão nos seios da enteada de 10 anos, um magistrado de Santos (SP) justificou: “Simples contatos físicos, ainda que lascivos, sem maior repercussão devem ser enquadrados na Lei de Contravenções Penais”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Conheça os deputados que querem acabar com o direito ao aborto

Mesmo com afastamento de Cunha, outros deputados conservadores aproveitam para propor leis que querem, por exemplo, obrigar médicos a denunciar mulheres.

**Esta é uma das investigações patrocinadas pelo Programa de Bolsas de Reportagem da Revista AzMina que você ajudou a tornar realidade.*

Não bastassem todas as dificuldades que as mulheres enfrentam para ter acesso ao aborto legal, o Legislativo brasileiro vem trabalhando para impor perdas aos direitos já conquistados. Nos últimos três anos, uma **bancada repleta de religiosos** conseguiu **avançar proposições extremamente prejudiciais para as mulheres**, desconsiderando não apenas o que está na Constituição Federal, mas também uma série de tratados internacionais assinados pelo Brasil.

A mais famosa dessas proposições é o projeto de lei 5069/2013, de autoria do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB/RJ). O **PL do Cunha**, como ficou conhecido, **prevê que as vítimas de estupro sejam encaminhadas à delegacia para atestar a violência sexual antes de receberem atendimento médico**. Também impede a utilização de medicamentos considerados “abortivos” após o estupro, tais como a pílula do dia seguinte – atualmente ministrada se a mulher procura o serviço de saúde até 72 horas depois do abuso. Além disso, **qualquer pessoa que auxilie a vítima a fazer o aborto** – médicos, enfermeiros, entre outros profissionais da saúde – **será considerada criminosa**. O texto está parado, mas pronto para ser votado em Plenário.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Senado aprova em 1º turno PEC que torna imprescritível crime de estupro

A pena para crimes de estupro e estupro de vulnerável, prevista no Código Penal, pode chegar a 30 anos de reclusão, se o crime resultar em morte da vítima

O Senado aprovou por unanimidade, em primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que torna imprescritível o crime de estupro. Após três sessões de discussão, o texto ainda precisará ser aprovado em segundo turno antes de seguir para a Câmara dos Deputados. A pena para crimes de estupro e estupro de vulnerável, prevista no Código Penal, pode chegar a 30 anos de reclusão, se o crime resultar em morte da vítima.

O estupro já é considerado crime hediondo e inafiançável, mas a lei atual estabelece um prazo máximo de 20 anos para a denúncia do ato. A relatora da proposta, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), esclareceu que o medo do preconceito pode fazer com que a denúncia não seja feita na hora.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Políticas Públicas

Mães não poderão ser impedidas de amamentar publicamente em qualquer instituição de ensino federal

Portaria do Ministério da Educação dá liberdade para mulher escolher o local que a mãe quiser para amamentar.

Portaria do Ministério da Educação (MEC) assinada no dia 10/05/2017 garante direito à amamentação nas escolas, universidades e outras instituições federais de ensino.

Com o dispositivo legal, todas as mães lactantes têm o direito à amamentação assegurado em todas as instituições federais, independentemente da existência de locais, equipamentos ou instalações reservadas exclusivamente para esse fim.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

ONU Mulheres enfatiza importância das políticas locais pela igualdade de gênero

A representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, destacou durante encontro em Brasília o caráter estratégico das políticas locais para a igualdade de gênero.

Nadine fez referência à pesquisa Ibope/ONU Mulheres segundo a qual oito em cada dez mulheres querem cidades mais igualitárias. “Isso quer dizer que gestores, gestoras, legisladores e legisladoras precisam desenvolver políticas de promoção da igualdade entre mulheres e homens nas cidades”, disse Nadine.

O projeto “Cidade 50-50: Todas e Todos pela Igualdade” foi apresentado no dia 17/05/2017 pela ONU Mulheres Brasil na 20ª Marcha Nacional dos Municípios, durante o ato de fundação do Movimento de Mulheres Municipalistas (MMM), em Brasília (DF).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Panorama Internacional

Publicação da Unesco sobre violência de gênero e orientação sexual nas escolas ganha versão em português

A publicação Jogo Aberto: Respostas do setor de educação à violência com base na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero, lançada pela sede da UNESCO em 2016, acaba de ganhar a sua versão em português, por ocasião do Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia. A violência cometida contra esses estudantes afeta a aprendizagem, as perspectivas de emprego e o bem-estar desses alunos.

Jogo Aberto parte da premissa do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que busca “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”.

O Diretor-geral assistente de Educação da UNESCO, Qian Tang, alerta no prefácio de Jogo Aberto que “todas as formas de discriminação e violência são um obstáculo para o direito fundamental à educação de qualidade de jovens e crianças e nenhum país consegue atingir uma educação inclusiva de qualidade se os alunos são discriminados e sofrem violência por causa de sua verdadeira, ou aparente, orientação sexual e sua identidade de gênero”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Conheça a 1ª defensora dos Direitos das Mulheres Negras no mundo, eleita pela ONU Mulheres

Militante, youtuber e periférica: Kenia Maria tem muito a dizer. Kenia Maria é a primeira defensora dos Direitos das Mulheres Negras no mundo.

Ela é atriz, escritora, youtuber, feminista e militante do movimento negro. Agora, foi eleita pela [ONU Mulheres Brasil](#) a primeira [defensora dos Direitos das Mulheres Negras no mundo](#).

Kenia Maria, ao lado de Juliana Paes e Camila Pitanga, faz parte de um grupo comprometido em promover a igualdade de gênero e a eliminar a violência contra as mulheres ao redor do mundo.

A iniciativa da ONU foi criada em 2010 e o papel de Kenia será apoiar os organismos intergovernamentais a pensar o papel da mulher negra na formulação de políticas e padrões que regem a nossa sociedade.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Panorama Nacional

Mulheres Estes anúncios mostram a realidade de ser mãe no mercado de trabalho

Feliz Dia das Mães para quem?

Na semana do Dia das Mães, este post viralizou no Facebook por um detalhe bem simples: o número de vagas anunciadas para mulheres deixando claro que o melhor é não ter filhos.

<ul style="list-style-type: none"> • Horário: 07:30hs às 16:30hs e sáb. das 07:30hs as 15:30hs • Salário: R\$1.400,00 • Benefícios: legais + VT • Habilidades: Caprichosa, ter iniciativa, imprescindível boa apresentação. Ser pequeno, não em casa todos os dias em 	<p>Costa em Santos</p> <p>- não pode ter filhos pequenos - apenas quem tenha experiência com Consultório médico e ratuamento.</p> <p>Mandar o currículo para : deboralmeida@yahoo.com.br</p> <p>37 comentários</p>
<p>Observações: Não imediato</p> <p>Daremos preferência a candidatos com o seguinte perfil: -</p> <p>• Não fumante -</p> <p>• Não solteiro no município de Campinas -</p> <p>• Que não tenha filhos pequenos (menos que 12 anos) -</p> <p>• Com experiência comprovada anterior na função -</p> <p>• Com referências -</p> <p>• Que tenha disponibilidade para dormir no emprego (eventualmente)</p>	<p>TRABALHO - 11:30/20:30 DE</p> <p>CARTEIRO 1.300,00 + VT</p> <p>DE 30 ANOS SEM FILHOS</p> <p>DE FÁCIL ACESSO PARA A</p> <p>TE - VL SÃO FRANCISCO</p> <p>NSAGENS WHATS APP CÓDI</p>
<p>Salário: a combinar</p> <p>Benefícios: a combinar</p> <p>Observações: Sem filhos De Emprego RMC - há 2 dias</p> <p>Visualizar Vaga</p>	<p>Preferência para mulheres sem filhos!</p> <p>Salário a combinar!</p> <p>De Emprego Minas Gerais - há 4 dias</p>

Detalhe para:

- Gostar de criança.
- Preferência para mulheres sem filho

O post já foi compartilhado mais de 11 mil vezes com críticas a esta prática bastante comum no mercado do trabalho.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Cresce presença das mulheres no funk e no hip hop

Antropóloga da USP mostra como as mulheres constroem sua identidade através destas expressões culturais

Funk e hip hop ainda são expressões culturais predominantemente masculinas. Contudo, é visível uma presença maior de artistas mulheres na cena musical nos últimos anos. Uma pesquisa do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP estudou como jovens artistas constroem suas identidades e lidam com questões como sexualidade e erotismo dentro dos movimentos.

A antropóloga Izabela Nalio Ramos conduziu seu mestrado entre 2012 e 2015 com entrevistas e frequentando shows, reuniões e demais atividades dos coletivos Frente Nacional de Mulheres no Hip Hop e Liga do Funk, que desenvolviam ações educativas no centro de São Paulo.

A autora começou a pensar os dois movimentos a partir de suas semelhanças e diferenças: ambos são reconhecidos como de periferia, feitos por e para jovens da periferia. A politização do hip hop é mais próxima de uma linguagem de esquerda, de contestação, com uma forte presença do movimento negro.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

A vida – e o estigma – de quem trabalha com aborto legal no Brasil

*“Se um médico vai para uma cidade do interior e começa a fazer esse tipo de atendimento, ele vai ficar conhecido por isso. E ninguém gosta de ser conhecido por fazer aborto.” *Esta é uma das investigações patrocinadas pelo Programa de Bolsas de Reportagem da Revista AzMina que você ajudou a tornar realidade.*

Em uma tarde do início de setembro, a reportagem chega ao Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB). Na recepção principal, perguntamos pela sala do PIGL, o **Programa de Interrupção Gestacional Prevista em Lei**. Somos mandadas para outro edifício, onde **ninguém reconhece a sigla**. Ao enviar mensagem para a pessoa

que nos espera, somos orientadas a voltar para o prédio principal. A sala do PIGL está a menos de 30 metros dali. Mesmo assim, ainda é um mistério para muita gente.

Nossa anfitriã explica que o programa mudou de nome em 2013; antes, era conhecido como Programa do Aborto Legal, um nome que **carregava “muito estigma e preconceito”**. Segundo Fernanda Schieber, chefe do Núcleo de Prevenção e Assistência às Situações de Violência (Nupav Centro-Sul, do qual o PIGL faz parte), não foi só o nome que mudou. De lá para cá, o PIGL ganhou uma sala reformada e uma equipe exclusiva de profissionais – duas psicólogas, uma assistente social e três médicos (cada um com 10 horas semanais de atendimento).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulher na PB denuncia agressão de ex-companheiro e delegado pergunta se 'não foi o guarda-roupa'

Vítima solicitou medida protetiva contra o ex-companheiro, mas o delegado não concedeu por acreditar que mulher não corria risco.

A vendedora Flávia Batista Florêncio, moradora da cidade de Piancó, no Sertão da Paraíba, foi até a delegacia denunciar uma agressão de um ex-companheiro e foi perguntada pelo delegado se a escoriação não foi causada pela porta do guarda-roupa ou por uma queda da escada. A denúncia foi registrada no início do mês de maio, mas o relato só veio a público no dia 17/05/2017.

À reportagem da TV Paraíba, o delegado Rodrigo Pinheiro, responsável pelo caso, disse que tem duas linhas de investigação e a vítima não corre perigo, por isso não concedeu medida protetiva contra o suposto agressor. Perguntado a respeito do tratamento dado à denunciante da agressão, o delegado não respondeu à reportagem. O ex-companheiro de Flávia Florêncio também foi procurado, mas preferiu não comentar o assunto.

De acordo com a mãe da vítima, Neumã Batista, a filha tinha sido agredida pelo ex-companheiro com socos na cabeça, sendo atingida no olho. Ao ir até a delegacia registrar a agressão, a vítima diz ter recebido tratamento irônico.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Como uma campanha está chamando atenção para o sofrimento de atrizes da indústria pornô

Ação de organização feminista e agência de publicidade mira conscientizar consumidores de pornografia. Desde 23 de abril, quem digita errado o endereço de algum dos sites de conteúdo pornográfico mais famosos da internet é direcionado a um vídeo sobre a vulnerabilidade das mulheres que trabalham nessa indústria. Segundo a narradora do vídeo, essas atrizes vivem menos, contraem mais DSTs e são protagonistas da quase totalidade das cenas de agressão nos filmes.

A iniciativa faz parte de uma campanha de conscientização feita pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, organização voltada à saúde das mulheres com mais de 30 anos de atuação, em parceria com a agência publicitária paulistana Purple Cow. Os dados divulgados no vídeo são da Pink Cross Foundation, uma instituição americana voltada a apoiar profissionais da indústria pornográfica, fundada pela ex-atriz pornô Shelley Lubben. Como a campanha foi feita Mais de cem urls - parecidas com as dos sites pornôs mais conhecidos, com uma troca de letra ou outra, como “www.xvidebos.com”, por exemplo - foram compradas e ocupadas com o vídeo acima.

A ideia, segundo Giulia Silva, uma das idealizadoras da campanha na agência Purple Cow, é atingir principalmente o público masculino, que corresponde à maioria dos consumidores de pornografia no mundo. A iniciativa pretende levantar a discussão de como a pornografia é produzida - um material que frequentemente reproduz a violência contra a mulher e sua subjugação, disse Giulia Silva ao Nexô, e que traz consequências para a saúde mental e física das mulheres envolvidas na indústria.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Polícia Civil do DF exonera delegado que culpou mãe por estupro de criança

'Crianças pagam por rodízio de padrastos', disse diretor de comunicação, em grupo de mensagens da polícia civil. Segundo o governo, comentários 'não representam a opinião da corporação'.

Polícia civil do distrito federal decidiu exonerar, no dia (15/05), o diretor de comunicação e delegado Miguel Lucena. A medida foi baseada na declaração – dada por ele em um grupo de divulgação oficial no whatsapp – de que "crianças estão pagando muito caro por esse rodízio de padrastos em casa".

A frase fazia referência ao caso de uma menina de 11 anos, estuprada pelo padrasto no gama, no início da manhã (veja abaixo). Até as 18h, o suspeito de 32 anos ainda não tinha sido capturado. O caso é investigado pela 14ª delegacia de polícia (gama).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Onde a diferença de renda entre homens e mulheres é maior no país

São Paulo – Apesar de um maior tempo de estudo, a **renda média** das **mulheres** brasileiras é um terço menor do que a dos homens no Brasil. Essa é a conclusão de um estudo divulgado no dia (10/05) pelo escritório brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Segundo o estudo, em **Santa Catarina** essa realidade é ainda mais gritante. Lá, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Renda das mulheres é 28% menor do que o dos homens. No extremo oposto está o Piauí, com uma desigualdade de 9,1% entre os gêneros.

No entanto, as mulheres estudam 9 anos a mais do que os homens no Brasil. Em Santa Catarina essa diferença é ainda maior, de 10 anos.

Método de pesquisa

A pesquisa levou em consideração a diferença de renda também dentro dos lares brasileiros. Geralmente, levantamentos dessa natureza pressupõem que em uma família todos ganham o mesmo, independente do sexo ou da idade.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Um em cada seis brasileiros já presenciou ato de violência contra mulher, aponta pesquisa

A cada hora, uma média de 503 mulheres é vítima de agressões físicas no Brasil, segundo pesquisa do Datafolha. Um em cada seis entrevistados presenciou uma mulher sendo agredida física ou verbalmente em 2016. Os dados nacionais refletem a realidade da violência doméstica no DF: somente no último domingo, quatro homens foram presos em flagrante depois de atacar suas companheiras. A média diária de 38 casos registrados na capital se mantém, mas, na prática, o número é maior. De acordo com a Polícia Militar, na maioria das vezes, as vítimas desistem da ocorrência e as estatísticas ficam defasadas.

De acordo com o porta-voz da PM, major Michello Bueno, a quantidade de pedidos de socorro impressiona. “Aos fins de semana, são dezenas, quase sempre envolvendo a ingestão de bebida alcoólica por parte do autor. Somente as ocorrências de perturbação da ordem pública são tão frequentes”, informa. Entretanto, as investigações não evoluem. “Quando chegamos ao local e nos deparamos com a vítima apresentando sinais de violência, ela é encaminhada à delegacia independentemente da sua vontade. Caso contrário, pode se negar a dar queixa contra o companheiro e alegar não ter havido ataque”, esclarece Michello.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Sexo Frágil

O modelo de masculinidade ainda é baseado em expressar potências e esconder imperfeições e angústias. Isso não faz mais sentido.

A cena é comum nos grupos de reflexão coordenados pelo psicólogo Carlos Zuma, no Rio de Janeiro. Numa sala cheia de homens reunidos por 1 hora e meia, tem alguém que chora primeiro. Aí, conta Zuma, o desconforto é palpável. "Um levanta para pegar um café, outro se mexe na cadeira, outro puxa conversa com o cara ao lado." Especialmente nos primeiros encontros, a pauta geral é incômoda — o que é, afinal, ser homem hoje? A portas fechadas, ideias de macheza e pressão social vêm à tona. Lembranças de infância se misturam a memórias recentes, como as das agressões que eles próprios cometeram. É que a maioria chega ali via juizado de violência doméstica; outros poucos por exigência da mulher e uma minoria por vontade própria. Mas o que os faz participar é outra coisa. A saudade dos filhos, a perda da mulher que amam e a noção da dor causada levam a uma só conclusão. É preciso ser macho de outro jeito.

ANDRÉ MIFANO- 40 anos, chef de cozinha: "Não sou um cara que quando fica triste chora, mas não tenho nenhum medo de demonstrar emoção. O homem que não se mostra é mais fraco do que ele acha que o cara que está se mostrando é, e uma hora ele explode. Claro, se você colocar na perspectiva da sociedade inteira, são poucos homens que vão chorar em público, ou até que vão admitir que choram. Acho que isso tem muito a ver com a criação. Se você é acolhido dentro de casa, se é encorajado a mostrar sentimentos, você vai levar isso para fora. Se você cresceu com um pai que fala "engole o choro senão vou te meter a mão na cara", se você ouve isso a vida inteira, você engole o choro a vida inteira. E junto com o choro você engole todas as emoções que vêm com ele.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Como o ambiente de trabalho mina a ambição das mulheres por altos cargos executivos

Pesquisa feita por consultoria americana mostra que elas querem chegar ao topo tanto quanto os homens no início da carreira, mas são desencorajadas a liderar.

As mulheres enfrentam uma série de obstáculos no mundo do trabalho. Salários menores ao desempenharem a mesma função que colegas do sexo masculino e garantias frágeis para se manter no mercado caso escolham engravidar são alguns deles. Além das desigualdades objetivas, uma pesquisa da Faculdade de Negócios de Harvard publicada em 2015 chegou a levantar a hipótese de que as mulheres não são promovidas “porque não querem”.

A explicação de que a ausência de mulheres em cargos de liderança das empresas tem a ver com uma falta de ambição inata por parte delas, no entanto, foi confrontada por um relatório divulgado no início de abril de 2017 pela consultoria americana BCG (Boston Consulting Group). A pesquisa realizada pela consultoria obteve respostas de mais de 200.000 empregados em 189 países - dos quais mais de 141.000 eram mulheres - à pergunta “qual a importância das oportunidades de liderar e assumir responsabilidade?”. Ela conclui que no início da carreira, as mulheres miram, sim, atingir o topo, conquistando cargos de diretoria e gestão em empresas, tanto quanto seus colegas homens. Mas o ambiente corporativo faz com que, com o passar do tempo, elas desistam dessa ideia por algumas razões: mulheres têm sua ambição prejudicada por interações interpessoais (micro agressões no dia a dia) falta de oportunidades ao longo da carreira falta de exemplos de mulheres na liderança da empresa ou de políticas inclusivas para mantê-las A descoberta é relevante porque, ao contrário do que se pensava, a resposta para a falta de mulheres nos cargos de chefia está nas próprias companhias, e não na situação familiar das mulheres.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Combate à exploração sexual infantil esbarra em cultura machista

A cultura machista no Legislativo e Judiciário e as dificuldades de implementar a legislação existente ainda atrapalham os avanços nas políticas de proteção à criança e ao adolescente no país.

Esse foi um dos diagnósticos do Fórum Exploração Sexual Infantil, realizado pela **Folha** no dia (18/05), em parceria com a ONG Instituto Liberta e a incorporadora Cyrela. O encontro foi mediado pelas jornalistas Joana Cunha e Eliane Trindade.

Apesar de avanços recentes -como a [lei 13.431](#), sancionada em abril, que prevê garantias para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência-, as mudanças são lentas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

A justiça interrompida: O quanto as mulheres têm suas falas silenciadas no Judiciário

Pesquisa revela que as mulheres são interrompidas, em média, três vezes mais que os homens.

A regra básica de um debate é não interromper o adversário. Mas se você é uma mulher, esta regra é comumente desrespeitada em diversas esferas da sociedade. O que é mais uma face do machismo e tem até nome -- os chamados *maninterrupting* ou *mansplaining* -- também chega até a presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia e às mulheres que trabalham no Judiciário do Brasil e do mundo.

Em sessão no dia (10/05), a ministra voltou a trazer a questão de gênero à tona -- e marcar as diferenças entre homens e mulheres. "Não nos deixam falar, então nós não somos interrompidas", disse após "dar uma bronca" no ministro Luiz Fux, por ter interrompido uma fala da ministra Rosa Weber.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulheres em Movimento

Lançamento oficial da Marcha das Mulheres Negras de SP – São Paulo, 02/06/2017

Após grande marcha de Brasília em 2015, nós, milhares de mulheres negras, entendemos que o nosso papel é continuarmos juntas, por compreendermos o potencial transformador da união de diferentes mulheres negras, de segmentos diversos, com grande acúmulo de força política. Percebemos a incidência necessária que poderíamos fazer em prol das mulheres negras junto ao próprio Movimento Negro e ao Movimento de Mulheres.

Mesmo entendendo que o Núcleo Impulsor Nacional da Marcha das Mulheres Negras foi desfeito após atingir seu propósito de construção da marcha, nós, em São Paulo, continuamos unidas e realizamos diversos atos somando às lutas das mulheres e dos movimentos populares. Em São Paulo, por exemplo, mais de 3 mil mulheres negras ocuparam as ruas do Centro no dia 25 de julho de 2016 denunciando o racismo e machismo existente na política e também nos colocando na rua contra o governo Temer.

Em momento de intensa polarização política e falta de consenso, inclusive no campo da esquerda, nós mulheres negras seguimos juntas incidindo em todos os espaços que consideramos necessários, construímos um processo de unidade política respeitando a nossa diversidade de posições e em cima de pautas que nos afetam cotidianamente. Seguimos também em solidariedade as mulheres indígenas e quilombolas que lutam cotidianamente pela demarcação de suas terras, e às migrantes, imigrantes e refugiadas que engrossam cada vez mais o coro por um mundo sem fronteiras, exploração, machismo e racismo.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulheres libanesas penduram vestidos de noiva para protestar contra lei que permite que estupradores se casem com as vítimas

Para protestar contra uma lei da década de 40, **ativistas libanesas penduraram**, no último sábado, **31 vestidos de noiva ao longo da costa do Beirute** – um para cada dia do mês.

Segundo Alia Awada, da ONG Abadd, **o número de dias destaca a realidade diária de uma mulher estuprada e forçada a casar com seu estuprador.** *“Todos os dias uma mulher pode ser estuprada e forçada a se casar com seu estuprador.”*

Os vestidos, de papel, foram criados pela artista *Mireille Honein*, e fazem parte de uma campanha contra o artigo 522, que **permite estupradores a se casarem com a vítima** para escapar da punição legal para o crime. Segundo dados, **uma em cada três mulheres no mundo vive alguma forma de violência** sexual ou física, sendo que 70% delas são de um **parceiro íntimo**.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Vítima de violência doméstica usa grafite para informar meninas sobre Lei Maria da Penha

Casada, a carioca Panmela Castro descobriu um lado do marido que não conhecia. No início, eram "banhos" de água gelada que ele a forçava a tomar por meia hora como "punição" por alguma briga ou desentendimento. Depois, ameaças de "colocar fogo na casa" - e nela também - enquanto a perseguia borrifando inseticida em sua direção.

A jovem, no entanto, enxergava essas atitudes do companheiro como "normais".

"Meus pais vieram de uma família muito pobre, com pouco acesso à informação, então a minha formação também foi limitada. Eu achava que eu, como mulher, tinha que passar por isso", conta ela hoje à BBC Brasil.

- **Se você quer ganhar mais, deve trabalhar menos**
- **A palmeira que desponta como novo 'ouro verde' do Brasil**

Até que um dia Panmela se viu acuada no meio da sala, enquanto sofria golpes do marido por todos os lados. Durante as agressões, ouvia a sogra, que presenciava tudo, dizer que ela "merecia, porque não fazia almoço, não fazia o jantar..."

"Ele fechou todas as janelas da casa, para os vizinhos não escutarem, e ligou o som bem alto. Ficou me espancando com chute, com soco, com tudo", diz. "Depois, fomos dormir na casa da minha sogra, e no dia seguinte ele me levou no médico com a carteirinha do plano de saúde dela, porque se me levasse a um hospital público, seria a minha chance de fugir. Fiquei em cárcere privado durante uma semana."

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Porque precisamos de Desireè livre

A possibilidade de estar na rua transformou a minha vida. Eu tenho quatro filhos e sou mãe pela primeira vez. Eu preciso viver esse momento.

Desireè Mendes Pinto usou crack por 16 anos. Foi presa em 2012 na Operação Sufoco da Polícia Militar na cracolândia, em São Paulo. No dia da prisão, descobriu que estava grávida e que havia a possibilidade de ter contraído o vírus do HIV. *"Eu não via perspectiva de vida"*, diz sobre esse momento. Decidiu usar o dinheiro recebido da sogra à época para comprar toda a quantidade de droga possível e encerrar de uma vez sua jornada de sofrimento. Comprou 30 gramas de crack para consumo próprio.

Foi condenada a 6 anos de prisão em regime fechado. A juíza do caso entendeu que uma condenação criminal do ano 2000 configurava maus antecedentes e utilizou isso como fundamento para aumentar sua pena em 1/3 e para não lhe garantir a aplicação do tráfico privilegiado, hipótese em que a pena seria diminuída em razão da primariedade, antecedentes favoráveis e não participação em “organização criminosa”. No entanto, a legislação brasileira prevê que após 5 anos da extinção da pena, a pessoa volta a ser primária, entendimento que deveria se estender também aos maus antecedentes. Afinal, como pode uma pessoa ficar condenada por um fato do passado eternamente? A ideia por detrás desse instituto é que passados 5 anos e a pessoa não se envolveu em nenhum outro processo criminal significa que sua vida se transformou e não há mais interesse do Poder Judiciário em controlá-la.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mazahuas, as comunidades indígenas que jogam contra o machismo

Grupo de mulheres usa o futebol como pretexto para fortalecer uma comunidade indígena do México assolada pelo machismo e pela violência de gênero.

Guadalupe García deixava prontas as “tortilhas” feitas com as próprias mãos. A adolescente também devia varrer o quintal de casa para depois escapar e poder jogar futebol, uma atividade clandestina para mulheres das comunidades mazahuas. O povo indígena do Estado do México se escandalizava se as meninas usavam shorts e jogavam bola, até que Lupita, como é conhecida, fundou o primeiro time de futebol mazahua.

“Os homens de minha comunidade diziam que eu estava ficando louca, que ia perder tempo. A comunidade te vigia. Assobiam, como se colocar um short fosse para agradá-los”, diz García, que nasceu em San Juan Coajomulco, uma comunidade no município de Jocotitlán, no Estado do México, atingido por um incontável número de feminicídios e agressões contra as mulheres.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Opinião

A adoção é uma questão feminista, mas não pelas razões que você pensa

“A adoção é um negócio complexo de bilhões de dólares que, muitas vezes, aumenta a desigualdade”, diz Liz Latty sobre a realidade dos Estados Unidos.

Este artigo de Liz Latty foi publicado originalmente no The Establishment, um site multimídia independente fundado e dirigido por mulheres nos Estados Unidos.

Em seus esforços para curar o que consideram uma crise moral que infecta nosso país, o movimento antiaborto tem historicamente investido seu poder, dinheiro e influência em dois de seus antídotos favoritos para o aborto: educação sexual focada na abstinência e adoção.

Em qualquer época em que os direitos reprodutivos sofram um retrocesso, como é o caso atual, as feministas precisam se fortalecer e se esclarecer sobre nosso posicionamento e sobre o que estamos lutando.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Por que a educação deve discutir gênero e sexualidade? Listamos 7 razões

Com a aproximação do prazo para aprovação dos Planos Municipais de Educação em todo território nacional, as câmaras dos vereadores de diversas cidades brasileiras têm se transformado em um verdadeiro campo de batalha do ódio e da intolerância. Após longos processos de participação – que envolveram professores, organizações da sociedade civil e gestores públicos na tarefa de delinear prioridades para a próxima década – os Planos começaram a ser retalhados nas questões que se referem à gênero e sexualidade.

Em São Paulo, na semana passada, enquanto defensores dos direitos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) e ativistas dos direitos das mulheres reivindicam que é papel da escola discutir gênero e sexualidade, fiéis portanto rosários, cruzes e faixas expressaram repúdio ao que foi qualificado como “ideologia de gênero”. Casos semelhantes também se deram em Bauru, Uberlândia, Curitiba, Campinas e em outras cidades brasileiras.

“Parece que estamos retrocedendo”, aponta em entrevista a educadora Maria de Fátima Zanin, que trabalha desde a década de 80 na rede pública de São Paulo. Professora na EMEI Vila Ema, ela acreditava que esses temas estavam avançando na sociedade. “Quando eu comecei, não se podia nem falar em divisão das tarefas domésticas de casa sem gerar protestos dos meninos. Discutir gênero é mostrar que pode existir igualdade e respeito na sociedade e na escola. E a gente perde muito tirando isso da escola, que é o lugar onde se formam diversas relações sociais”, lamenta a educadora.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Agenda Cultural

Dráuzio Varella fecha trilogia com retratos de mulheres presas

"Preciso esquecer tudo o que aprendi nos meus 17 anos em cadeias masculinas", disse o médico e colunista da **Folha** Dráuzio Varella no primeiro dia em que atuou como voluntário na Penitenciária Feminina da Capital, em 2006.

Bastaram poucas horas atrás dos muros que separam da sociedade mais de 2.000 mulheres acusadas dos mais variados crimes -ou beós, como ele escreve- para que o autor do best-seller "Estação Carandiru" (Companhia das Letras) percebesse que pisava em terreno pouco conhecido. Essa imersão no universo das mulheres presas originou "Prisioneiras"(Companhia das Letras), que chega agora às livrarias, rico em descrições e histórias de vida no cárcere.

Na cadeia feminina, outros fatores ditam a dinâmica local: o histórico abundante de violência sexual na infância, a maternidade precoce e a distância dolorosa dos filhos e a complexidade das relações sexuais atrás das grades.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Projeto fotográfico busca empoderar mulheres a partir de relatos pessoais

'Mulheres Poderosas' foi idealizado para desconstruir ideia de fragilidade do sexo feminino

RIO - Todas as mulheres são poderosas. Com essa certeza em mente, Nathália Oliveira decidiu criar um projeto para tentar desconstruir a ideia de fragilidade imposta pela sociedade ao sexo feminino. Aos 23 anos, a roteirista deu vida a uma série fotográfica com o relato de pessoas comuns, anônimas ou não, sobre suas próprias experiências. O projeto "Mulheres Poderosas" começou há cerca de cinco meses e já reúne 31 relatos, mas não tem prazo para terminar.

- Não temos limite. Queremos atingir todas as mulheres do mundo - brinca a jovem.- A maioria das entrevistas que fizemos até agora fomos nós quem convidamos. É difícil uma mulher espontaneamente se sentir 'poderosa' para vir contar a sua história. O interessante é que, no fim da entrevista, elas conseguem perceber o quanto são, sim, poderosas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulheres migrantes é tema de nova exposição no MIS

Artista Ana Hupe questiona o senso de coletividade na série fotográfica “Malungas”, parte da temporada de projetos do Paço das Artes.

Colocando o **fluxo migratório e a diversidade cultural** em pauta, a artista Ana Hupe apresenta *Malungas*, mostra selecionada para a **Temporada de Projetos do Paço das Artes no MIS**. A nova exposição traz mulheres de São Paulo e Berlim em pequenos retratos e vídeos poéticos sobre temas contemporâneos em relação a respeito e sociedade.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Aconteceu

Indígenas promovem em Brasília plenária dedicada aos direitos das mulheres

Indígenas organizaram uma plenária dedicada às pautas específicas de mulheres pela segunda vez na história do Acampamento Terra Livre (ATL), evento que reúne 3 mil indígenas de todo o país em Brasília no (28/05).

O evento teve a participação de integrantes do projeto Voz das Mulheres Indígenas, realizado por lideranças indígenas e pela ONU Mulheres, com apoio da embaixada da Noruega.

Indígenas se organizaram no dia (25/05), uma plenária dedicada às pautas específicas de mulheres, pela segunda vez na história do Acampamento Terra Livre (ATL), evento que está em sua 14ª edição e que reuniu 3 mil indígenas de todo o país em Brasília no (28/05).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Documentário aborda preconceito contra mulheres drag queens em São Paulo

Zibel Cavalcanti, 30, estava em uma festa com salto plataforma, corpete e uma maquiagem bem carregada, quando alguém se aproximou: "Você está linda vestida de drag queen". Foi o bastante para acabar com a noite. "Eu não estava 'vestida de drag queen'. Eu sou uma drag queen", conta ela, que na ocasião estava como sua personagem Greta Dubois. Afinal, quem disse que mulher não pode ser drag queen.

Foi por causa de manifestações como esta que a fotógrafa e outras nove mulheres fundaram, há um ano e meio, o coletivo Riot Queens para fortalecer, apoiar e dar dicas para toda mulher que quer ser drag. E essa união feminina chamou a atenção da cineasta Kelviane Lima, 25, que decidiu contar a história do grupo no minidocumentário "They Can Do It", disponibilizado no YouTube e que levanta discussão sobre o preconceito sofrido por mulheres nesse meio.

"A arte drag começou com homens que retratavam estereótipos femininos. Convencionou-se, então, de que uma mulher não poderia ser drag, porque elas já têm os traços femininos. Mas drag queen é uma forma de expressão", diz Kelviane.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

[O Boletim eletrônico do NUDEM: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher](#) destina-se à comunicação interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus parceiros. Produzido pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa. Para mais informações, contate nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br

Atenciosamente,

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)

Rua Boa Vista, nº 103, 4 º andar, Centro

Tel.: (11) 3101 0155 ramais 233/238

Cep.: 01014-001 São Paulo, SP

home page: www.defensoria.sp.gov.br

e-mail: nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br